

Na teoria social e política, a importância do pensamento ecológico aumentou nas últimas três décadas. Os movimentos ecologistas tiveram um impacto dramático na vida política e social, provocando conflitos de interesses em importantes áreas de interesse público. Esta obra, examina os desafios do pensamento ecológico aos pressupostos existentes nas tradições da teoria social e política. As preocupações ecológicas estão frequentemente ligadas a abordagens existentes, mas este livro avalia a forma como as questões fundamentais, levantadas por uma perspectiva ecológica, transformam os termos de referência do pensamento moderno.

O autor traça as características distintas do pensamento ecológico e avalia duas áreas contenciosas da ética ambiental: as obrigações das gerações actuais para com as futuras e a relação de animais humanos e não humanos.

Através destes estudos de casos o autor esclarece algumas das dificuldades e contradições da aplicação de ideias convencionais de direitos e de justiça a questões ambientais, indicando o caminho para uma nova política de obrigação fundamentada na cidadania ecológica.

Concebido como um manual, de valor incalculável, de estudos ambientais, políticos e sociológicos, este livro é de leitura essencial e fundamental para todos aqueles que têm interesse pela ecologia e pelo meio ambiente.

MARK J. SMITH é leitor de Ciências Sociais na Open University. Leccionou na University of Sussex e desempenhou funções de leitor convidado de Teoria Social na Queen's University (Canadá).

ISBN 972-771-470-6



35

MARK J. SMITH

Manual de Ecologismo



INSTITUTO
PIAGET

MARK J. SMITH

Manual de Ecologismo

Rumo à cidadania
ecológica



cuidado especial no reconhecimento dos perigos envolvidos na elaboração de uma distinção arbitrária entre animais que respeitamos e tudo aquilo que existe na comunidade biótica, especialmente em torno das linhas de justificações antropocêntricas da superioridade da espécie humana. Num ecossistema complexo, ou numa comunidade biótica, qualquer conjunto de regras morais deve assegurar, também, que as obrigações para com os seres humanos ou os animais não humanos não se podem identificar sem uma consideração cuidadosa do ecossistema mais vasto. De facto, as responsabilidades para com os animais não ficam, necessariamente, eliminadas com a consideração dos nossos deveres para com a terra, as florestas e os bosques, os oceanos, as montanhas e a biosfera. Com base nisto, as obrigações e os deveres humanos não se devem limitar ao respeito pelos animais, devido a estes apresentarem semelhanças familiares com a espécie humana.

Ecologia, individualismo e ordem social

Uma das áreas mais importantes exploradas neste e no próximo capítulo é a relação entre a ética e as tradições ambientais dentro do pensamento social e político. Neste capítulo, iremos centrar-nos nas tradições liberal e conservadora, delineando algumas das implicações das abordagens éticas liberais consideradas nos capítulos anteriores. No próximo capítulo, iremos centrar-nos na relação entre o pensamento e as tradições ecológicas que contêm projectos de transformação e de emancipação de vários tipos, tais como o socialismo, o feminismo e o anarquismo. As tradições consideradas serão avaliadas, em particular, pelas respectivas respostas teóricas à noção de respeito pela natureza, bem como em relação às consequências práticas que os sistemas sociais têm sobre o ambiente ecológico de que dependem. Existem algumas questões que vão ligar os dois capítulos – em particular, o papel dos sistemas de mercado de produção, distribuição e troca económicas. Contudo, as formas como se verificam e avaliam os mercados vão depender das posições de valor específicas de cada tradição. Neste capítulo, iremos centrar-nos nos sistemas de mercado caracterizados pelo traço institucional de propriedade privada e de relações de troca capitalistas. Além disso, serão consideradas tentativas mais recentes de celebração dos efeitos positivos do mercado, através de uma exploração de abordagens neoliberais da relação entre o capitalismo e o ambiente ecológico.

As abordagens consideradas nos debates sobre as nossas obrigações para com gerações futuras de seres humanos e de animais não humanos inserem-se em duas formas vastas de pensamento liberal. Por um lado, existem abordagens deontológicas que realçam a importância de se estabelecer «justiça» através de um sistema de regras, o qual deve funcionar como um guia universalmente válido para a acção moral. Exemplos destas incluem as posições contratuais de Rawls, Nozick e Regan consideradas nos capítulos 2 e 3. Cada um deles oferece uma visão fundamentalmente diferente da base mais apropriada para uma disposição justa. Contudo, cada um deles sugere que a forma mais apropriada de ordem humana se baseia em regras que podem ser consideradas válidas e justas em todas as circunstâncias. Estas formas de sistema moral preocupam-se com as regras, dentro das quais os membros da comunidade moral procuram alcançar os respectivos objectivos e interesses, e não com as consequências das acções envolvidas. Até mesmo na argumentação de Regan, a qualidade de membro da comunidade moral traz consigo a obrigação de respeitar o valor intrínseco de todos os membros, só que, neste caso, se alargou o critério de associação para incluir animais não humanos, bem como pessoas.

As abordagens alternativas centram-se exclusivamente nas consequências das acções em consideração. A versão utilitarista desta abordagem (adoptada por Peter Singer) desenvolve, em particular, uma explicação da situação dos animais não humanos que apenas considera o equilíbrio entre o sofrimento e a satisfação daqueles envolvidos. Um resultado «justo» é aquele que serve o bem colectivo. Do ponto de vista das abordagens deontológicas, as acções que violam o princípio de justiça são universalmente injustas. Contudo, isto não significa que uma compreensão da justiça passou a ser universalmente verdadeira, mas apenas que aqueles que adoptaram uma determinada visão de justiça acreditam que esta se deve aplicar universalmente, tal como se pode verificar nas diferenças entre Rawls e Nozick. Contudo, nos cálculos da abordagem utilitarista, o nível de sofrimento avalia-se em comparação ao nível de satisfação, de forma a alcançar-se a maior soma de felicidade. Mesmo que uma acção tenha consequências negativas para alguns membros de

uma comunidade, desde que o resultado global tenha mais benefícios do que custos, pode afirmar-se que o resultado é justo. Estas diferenças de abordagem, bem como tudo o que delas resulta, acompanham o pensamento liberal e, por conseguinte, merecem uma consideração cuidadosa sempre que se avaliar a abordagem liberal do mundo natural e o impacte dos seres humanos sobre o mesmo.

Pensamento liberal e meio ambiente

Antes de abordarmos a visão liberal do ambiente ecológico, convém estabelecer os pressupostos gerais da posição liberal. A abordagem liberal contém determinados temas básicos que estão combinados de diferentes formas e com níveis diferentes de importância. Como ponto de partida, pressupõe-se que todas as coisas da vida são (ou deveriam ser) feitas por indivíduos autónomos, os quais tomam decisões orientados por um conjunto de pressuposições morais. As áreas de existência social que se consideram ser caracterizadas pelo *individualismo* são a economia, a política, o estudo intelectual e a crença religiosa. O papel dos actores individuais está ligado à ideia de *tolerância* de pontos de vista e de interesses que não os dos próprios indivíduos. Os liberais defendem que esta tolerância só pode existir em situações orientadas por regras definidas. Isto está, por sua vez, ligado ao *universalismo*, a visão de que qualquer sistema de regras deste tipo deve aplicar-se igualmente a todos os membros da comunidade moral, de acordo com uma concepção de justiça subjacente. Qualquer sistema de regras adoptado deve ser julgado em termos da forma como cumpre os objectivos e apoia os interesses dos membros da comunidade em questão, tendo em conta que é impossível especificar os vários e inconstantes objectivos de todos os membros de qualquer ordem social. Em situações de conflito, a existência de um árbitro imparcial, que actue como um «juiz informado e indiferente», deve ser apropriada, para mediar as disputas e reconciliar agravos. Geralmente, os liberais acreditam que é preferível «governar com leis» do que «governar com homens», pois isto funciona como

um meio de refrear os exercícios arbitrários de poder. Isto está frequentemente ligado à ideia de *meliorismo* – os seres humanos têm o potencial de melhorarem (se não mesmo de chegarem à perfeição) em condições sociais apropriadas. Estes melhoramentos podem avaliar-se em termos de ganhos individuais ou de promoção da felicidade colectiva. Na prática, a operação de sistemas de regras pode entrar em conflito com a maximização de felicidade na sociedade. As diferenças entre estes dois imperativos podem verificar-se na diferença existente entre as posições kantiana e utilitarista anteriormente consideradas.

Vale a pena considerar o tipo de ordem que os liberais consideram apropriada em relação às preocupações da política ambiental. Podem identificar-se duas tendências, que irei rotular como liberalismo crítico e progressista. Os liberais críticos tendem, de uma maneira geral, a considerar que o Estado tem limites definidos, mas assegura a realização de determinadas funções básicas, que protegem os membros da sociedade uns dos outros ou de outras ordens sociais. Estas funções básicas envolvem a manutenção da defesa e da ordem pública interna, mas, acima de tudo, a regulamentação de um sistema de mercado baseado no princípio de posse de propriedades privadas. Nesta tendência, existe uma ênfase particular sobre as condições que maximizam as oportunidades de competição dos indivíduos com outros membros da sociedade. Esta tendência funciona em oposição às convicções dos liberais progressistas. A posição progressista defende, pelo contrário, a intervenção do Estado benevolente directamente sobre a vida privada dos cidadãos de uma sociedade, de forma a assegurar que a sociedade progrida e a situação dos seus membros melhore com o tempo. Os liberais progressistas dão especial importância ao *meliorismo* e baseiam-se na posição utilitarista de que o Estado deveria procurar estabelecer condições para a promoção de felicidade colectiva. Deste modo, o individualismo é experimentado pelo *meliorismo*, de forma a assegurar que não existe um descontrolo das desigualdades e, logo, actua como um limite das potencialidades de conflito.

Um exemplo breve serve para ilustrar a diversidade de pensamento liberal e a forma como isto tem implicações quanto ao modo de se lidar com questões ambientais. Uma das principais

preocupações dos debates recentes sobre o modo como se podem sustentar formas futuras de desenvolvimento tem sido o controlo populacional. Esta é uma maneira típica de se apresentar um problema qualitativo, nomeadamente os padrões de consumo das pessoas existentes, mediante a apresentação de uma solução quantitativa de defesa de um limite do crescimento populacional futuro. Em vez de se levantarem questões sobre o modo como as sociedades densamente povoadas do Ocidente consomem e poluem em excesso, a resposta-padrão consiste em deixar isto por desafiar e em dar atenção à possibilidade de milhares de milhões de pessoas fazerem o mesmo noutros locais, nas sociedades em desenvolvimento. A resposta proposta tem sido o controlo da natalidade sob várias formas. Contudo, isto levanta mais dilemas para os liberais. Por exemplo, os projectos voluntários centrados na educação sexual e no controlo da natalidade só foram parcialmente bem sucedidos. Os valores culturais respeitantes à reprodução, bem como os imperativos económicos, continuam a incentivar elevados níveis de fertilidade em muitas sociedades em desenvolvimento.

O crescimento populacional em larga escala, num período de tempo relativamente curto, é uma característica típica da transição demográfica que acompanha o desenvolvimento económico. À medida que a mortalidade diminui, sem uma descida correspondente nas taxas de natalidade, os níveis populacionais têm tendência a aumentar rapidamente. O resultado habitual é a limitação das taxas de natalidade, de forma a que as famílias possam usufruir dos benefícios de um padrão de vida material muito mais elevado e investir mais num número limitado de filhos.

Os dados empíricos sugerem que, durante a fase mais importante de declínio da fertilidade no Reino Unido, do final do século XIX a meados do século XX, a razão mais proeminente foi a abstinência sexual e não formas tecnológicas de contracepção (Gittens, 1982). Isto sugere que a transição é culturalmente moldada, em vez de seguir um plano definido, e está, assim, aberta a uma variação significativa. As sociedades ocidentais sofreram uma estabilização com níveis mais baixos de mortalidade, mas apresentando níveis de fertilidade correspondentemente mais baixos. Os governos ocidentais, bem como os

organismos internacionais que estes dominam, têm tendência a considerar o controlo populacional deste ponto de vista.

Os liberais vêem-se confrontados com a escolha de defenderem o controlo populacional obrigatório (tal como a esterilização sem autorização), ou de viverem com as consequências de uma população humana mais vasta, com todos os seus aumentos consequentes de procura de recursos e de produção de resíduos humanos. Muitas vezes, considera-se que as sociedades que têm medidas severas para a «reprodução excessiva», tal como a China, são intolerantes e autoritárias por infringirem a liberdade pessoal. No entanto, a introdução de penas, ou a perda de privilégios por se exceder uma quota de reprodução familiar, podem justificar-se no quadro utilitarista, caso se consiga demonstrar que a dor sofrida por aqueles que violam as normas de reprodução é superior à compensação dos benefícios usufruídos nessa sociedade. No caso da China, com um excesso populacional de um bilião e um espaço de terreno arável limitado, têm-se considerado as medidas como essenciais para se evitar a fome, bem como para se assegurarem benefícios mais gerais. John Passmore (1974) sugeriu que, ao passo que a esterilização obrigatória é uma violação dos direitos individuais, punir alguém por exceder uma regra legislativa geral em relação à reprodução excessiva não o é. É óbvio que estas leis gerais de reprodução devem ser o produto de um processo de deliberação democrática (em vez de impostas arbitrariamente) e a entrada em vigor das mesmas deve ser submetida a um processo adequado e oferecer bases de recurso. Isto não nos afasta do problema de que, na prática, estas medidas têm mais probabilidades de terem um impacto nas sociedades que estão, actualmente, a sofrer a transição demográfica no sentido de se tornarem sociedades desenvolvidas. Nas sociedades ocidentais, com pouca fertilidade e estabilidade na dimensão actual da população, nunca se colocaram estas medidas em prática durante o processo de transição demográfica das mesmas.

Apesar destas diferenças, todos os liberais gostam de realçar a importância da distinção entre o Estado e a sociedade civil. Por vezes, caracteriza-se isto como a distinção entre o domínio *público* das instituições parlamentares e administrativas e o domínio *privado*, onde se considera que a existência de escolhas livres é o

teste de tornassol de uma ordem social liberal. Os liberais têm posições muito diferentes quanto ao local onde se encontra, de facto, a fronteira exacta entre o privado e o público. No entanto, todos estão convencidos da importância da própria distinção. O pensamento ecológico coloca dificuldades significativas aos liberais, devido à forma como desafia a própria existência desta distinção. A preocupação com o meio ambiente levanta, imediatamente, a possibilidade de interferência com as escolhas privadas. De um modo particular, as preocupações recentes no que toca aos padrões de consumo em relação ao meio ambiente incentivaram os consumidores a tomarem decisões éticas sempre que adquirem uma determinada espécie de bens e de serviços. Algumas campanhas de elevado perfil levaram os consumidores a evitarem bens e serviços que prejudicam o meio ambiente de formas particulares. Os consumidores boicotaram latas de atum das frotas de pesca do Pacífico que utilizavam redes de pesca do tipo «armadilha», desodorizantes em *spray* que continham produtos químicos nocivos à camada de ozono e cosméticos que envolviam experiências com animais. Desta forma, os indivíduos foram persuadidos a fazerem estas escolhas, embora fossem livres para ignorarem estes apelos. Sempre que as instruções de alteração das escolhas privadas surgem de autoridades estatais, as implicações são, de algum modo, diferentes. Por exemplo, na área da política de transportes, é provável que no futuro próximo a liberdade de mobilidade seja regulamentada de forma muito mais rígida, de maneira a desencorajar o uso do automóvel e a incentivar alterações nas práticas de emprego, tal como o trabalho a partir de casa.

A maioria das sociedades ocidentais depende bastante da utilização do automóvel como meio de transporte e esta dependência está a aumentar com o aparecimento de agregados familiares com dois automóveis, juntamente com o crescente transporte rodoviário de mercadorias. Isto criou uma série de problemas, tais como poluição atmosférica e congestionamento de tráfego. Em Londres, a velocidade média de tráfego era, em 1996, de 11 milhas (18 quilómetros) por hora, a mesma registada a cavalo ou em carroça em 1896. A expansão da construção de auto-estradas e a erosão de meios de transporte alternativos, ao longo do século xx, promoveu meramente uma maior utilização

do automóvel, em vez de resolver os problemas envolvidos. Isto significa que as autoridades estatais irão intervir cada vez mais nas escolhas de transporte privado, de forma a lidarem com o problema de «engarrafamentos» nas zonas de maior congestionamento de transportes. Isto pode assumir a forma de portagens, restrição de utilização em dias alternados, zonas sem automóveis, imposto de circulação mais elevado e multas a condutores de automóveis sem passageiros. Todas elas são medidas curativas, pois dão resposta a um problema depois de este já se ter tornado intolerável. As medidas preventivas levantam questões com que muitos não gostam de lidar, consistindo as mais básicas no facto de devermos ou não viajar tanto. As economias ocidentais tornaram-se cada vez mais dependentes da força de trabalho que se desloca para grandes distâncias e as trocas em larga escala foram um dos desenvolvimentos mais significativos nos padrões de trabalho dos finais do século xx. As recentes comunicações microelectrónicas, aliadas à capacidade de carga dos cabos de fibra óptica, permitem um diálogo eficiente entre indivíduos em locais diferentes. Este desenvolvimento pode fornecer um tipo de resposta para aqueles que podem trabalhar e comunicar através de correio electrónico e de vídeo-conferência. Até mesmo nas organizações que dependem da comunicação electrónica, continua a considerar-se que os pequenos grupos frente-a-frente são muito mais produtivos na resolução de problemas e no desenvolvimento de inovações. A maioria das formas de trabalho continua a não poder utilizar a tecnologia desta forma. Longe de colocar um limite estatutário à distância a que qualquer indivíduo se desloca para trabalhar, facto que os liberais iriam considerar uma grave infracção da liberdade de mobilidade, uma forma de política de transporte coordenada fornece uma alternativa de trabalho viável.

O envolvimento estatal, através da gestão e da regulamentação dos transportes, parece oferecer um substituto a curto prazo para se assegurar que grandes números de indivíduos viagem, com eficácia de custos e de uma forma coordenada, em vez de se juntarem ao congestionamento rodoviário. O envolvimento estatal através da propriedade pública e da atribuição de subsídios a empresas privadas, para a manutenção de rotas de transportes não lucrativos, serve para assegurar que o transporte

de massas seja menos ruinoso. Até mesmo um autocarro ou um comboio com metade da lotação utilizam menos energia do que se todos os passageiros viajarem de automóvel. Se avaliarmos este tipo de envolvimento público nas relações privadas, podemos identificar inúmeras formas de justificação para a intervenção estatal, em referência a valores e a pressupostos liberais. Para começar, pode justificar-se a propriedade e os subsídios públicos em referência ao bem-estar colectivo. É mais fácil cumprir a felicidade de todos mediante a provisão de uma variedade de meios de transporte, mesmo que isto signifique que alguns, tais como os utilizadores de automóveis, tenham de pagar impostos adicionais. Isto está em conformidade com o princípio utilitarista de que os custos agregados podem ser compensados por benefícios provenientes de outros locais. Em alternativa, podem utilizar-se incitamentos estatais como forma de se incentivarem alterações no comportamento dos indivíduos que tomam decisões de interesse pessoal. Um exemplo disto é o uso do sistema de tributação de impostos, para se assegurar que a gasolina sem chumbo é, de um modo consistente, mais barata do que outras formas de combustível. Cabe ao indivíduo decidir e isto não envolve coerção por parte de uma autoridade estatal. A estratégia de criação de uma situação em que os indivíduos racionais estejam dispostos a investir em modificações nos motores dos seus veículos privados, de forma a beneficiarem de combustível mais barato, também leva a níveis mais baixos de poluição provocada pelo chumbo.

Por um lado, os liberais utilitaristas podem justificar a intervenção estatal em situações em que as perdas de alguns seriam compensadas com ganhos noutras locais. Por outro lado, os liberais que têm uma posição contratual oferecem um modelo que permite, pelo contrário, persuadir os indivíduos a comportarem-se de forma inconsciente, ou por interesse pessoal, mas que não viola o direito de os mesmos se comportarem do modo que escolhem. Em qualquer dos casos, deve realçar-se, a medida com a qual se comparam todas as decisões é a dimensão em que estas alterações afectam os seres humanos. As medidas que tentam alterar o comportamento humano apenas moderam o problema, pois muitas das restrições à actividade humana propostas pelo

ecologismo podem prejudicar os interesses dos seres humanos, ou violar o seu direito a agirem de modo contrário. O pensamento liberal não envolve o reconhecimento de obrigações para com seres que não os humanos. O pensamento ecológico não se insere facilmente num quadro liberal, baseado em qualquer um dos conjuntos de pressupostos identificados, e levanta problemas em relação aos valores e aos pressupostos do pensamento liberal em sentido descendente. No entanto, dentro do quadro liberal, existe alguma distância na exploração do ponto até onde se pode ir rumo a uma ética ambiental.

Pensamento neoliberal e meio ambiente

Em primeiro lugar, vale a pena explorar a forma como os liberais críticos contemporâneos – ou seja, os defensores do neoliberalismo – apresentaram estas questões, em particular devido ao facto de terem influenciado a moldagem de resoluções políticas no Reino Unido e nos Estados Unidos, durante os anos 80. As atitudes neoliberais em relação ao meio ambiente são transmitidas pelas concepções lockeanas de propriedade privada, mediadas pela abordagem individualista de Nozick. **Com efeito, o neoliberalismo celebra a operação dos sistemas de mercado capitalistas, onde os indivíduos, os agregados familiares e as empresas empreendem uma competitividade e uma cooperação, de forma a assegurarem os benefícios do progresso material.** Pode verificar-se um bom exemplo desta abordagem no trabalho de Peter Saunders, tal como indica o extracto que se segue:

Tal como já se verificou, o capitalismo é uma máquina de crescimento. A competitividade entre os produtores capitalistas estimula a inovação perpétua. O resultado é que os recursos básicos, tais como a alimentação e o vestuário, são produzidos em quantidades cada vez maiores e com custos cada vez mais reduzidos, ao mesmo tempo que novos objectos de luxo se tornam lugares-comuns no espaço de uma geração. Deste modo, os padrões de vida médios transformam-se de forma contínua. Por todo o mundo, os rendimentos *per capita* aumentam de

forma igual à da expansão populacional. É como se tivéssemos tomado posse do segredo do alquimista da forma como transformar metal básico em ouro.

(Saunders, 1995: 52)

Saunders toma parte directa na crítica ecológica à «mania do crescimento» dentro da forma de vida capitalista e das sociedades industriais em geral. Tenta demonstrar as afinidades entre algumas linhas do pensamento ecológico e as estratégias socialistas na regulamentação e na interferência nas escolhas privadas. Nota, com ironia, que da mesma forma que o capitalismo demonstra que pode dar uma vida boa à maioria, senão a todos os membros das sociedades que o abraçam, também tem sido, actualmente, condenado pelo seu êxito. **O crescimento coloca dificuldades significativas em termos da capacidade do ecossistema fornecer recursos naturais suficientes para a satisfação das aspirações humanas,** bem como de ser capaz de fazer frente aos resíduos produzidos pelas actividades económicas humanas. Saunders reconhece estas preocupações, mas coloca dúvidas quanto às possíveis consequências apocalípticas colocadas por alguns activistas ecológicos. Esclarece algumas das implicações das medidas de controlo populacional para a liberdade individual, neste caso, a liberdade de reprodução. Saunders realça a tendência dos ecologistas «controlarem, regularem, limitarem, banirem ou, até mesmo, reverterem o desenvolvimento tecnológico que, no passado, tornou possível o crescimento económico» (*ibid.*: 54). Propõe uma atitude alternativa aos problemas envolvidos na alteração e nos danos ambientais colocados pelo crescimento económico capitalista global. Defende que as tentativas de limitação da extracção de recursos, da poluição e do crescimento populacional produzem os seus próprios custos. Sugere que todo o tipo de regulamentação, até mesmo as proibições, vai impor custos significativos, quer envolva a aplicação de mecanismos tecnológicos aos processos produtivos existentes, ou a fiscalização das actividades humanas.

Adoptando um quadro de custo-benefício, Saunders sugere que os custos de limpeza de uma forma de actividade produtiva

poderiam ter consequências mais benéficas se fossem reaplicados noutras formas produtivas. Se as sociedades em desenvolvimento, que fornecem, hoje em dia, a produção industrial maciça da economia global, se virem a enfrentar a maioria dos custos sem usufruírem de muitos dos benefícios dos padrões de crescimento global, isto é ainda mais injusto. Além disso, sugere o mesmo, no passado fizeram-se profecias de desgraça inopurtas, pois não tiveram em conta as tendências dinâmicas dos mercados capitalistas. De importância particular é a capacidade das empresas capitalistas descobrirem novas formas de identificarem e extraírem recursos naturais, bem como de utilizarem a inovação tecnológica para aumentarem a eficiência das máquinas humanas e reduzirem os problemas da poluição. As forças de mercado são consideradas um factor de motivação vital na descoberta de formas de fazer coisas que mitigam alguns dos efeitos prejudiciais do capitalismo, muito embora estes desenvolvimentos não sejam planeados. Para Saunders, a existência de uma cultura orientada tecnologicamente significa que «quanto mais prósperos se tornarem os países capitalistas, mais “amigas do ambiente” são as suas indústrias» (*ibid.*: 65).

Um fundamento substancial da posição desenvolvida por Peter Saunders baseia-se nas experiências intelectuais de Garrett Hardin. Esta abordagem envolve o uso da teoria dos jogos, de forma a considerar o papel dos sistemas da propriedade privada no ambiente natural e as implicações do pensamento liberal para a liberdade pessoal. Hardin começa com o pressuposto de que todos os indivíduos são «minimaximizadores» de escolhas racionais, ou seja, decidimos agir com base no cálculo de qual o resultado que tem probabilidades de maximizar os nossos benefícios e minimizar os custos. Apresenta um cenário ou jogo bastante eficaz, onde todos os jogadores são pastores que vivem da mesma terra comum limitada. Os pastores racionais, que não vêem qualquer limite na capacidade de carga da terra, acrescentam cada vez mais animais às respectivas manadas, até ao ponto de a terra comum ficar exausta. Para Hardin, a «tragédia do povo» significa que:

Cada homem está fechado num sistema que o obriga a aumentar a manada sem limites – num mundo que é limitado. A ruína é o destino para o qual se precipitam todos os homens,

cada um em busca do seu melhor interesse próprio, numa sociedade que acredita na liberdade do povo. Num povo, a liberdade traz a ruína a todos.

(Hardin, 1993: 132)

De acordo com Hardin, a resposta à tragédia do povo é o desenvolvimento de relações definidas de propriedade, seja em mãos públicas ou em privadas, de forma a racionar-se o uso de recursos naturais. Muitas vezes, defende-se que, em mãos privadas, a terra se mantém nos interesses a longo prazo dos proprietários e de gerações sucessivas. Pode verificar-se isto nas *holdings* familiares de terras florestais, onde a compensação financeira resultante da replantação de árvores no espaço onde se acabaram de abater outras pode surgir só depois de uma ou duas gerações. Na propriedade pública, a utilização de instalações de parques nacionais tem-se limitado à prevenção da utilização excessiva. Hardin sugere que, ao passo que estas não são formas perfeitas de resolver o problema, continuam a ser necessárias. Saunders não considera esta série de possibilidades nesta leitura de Hardin e centra-se nas situações em que a propriedade é mais problemática, tal como a pesca em mar aberto ou a poluição de uma atmosfera partilhada. Nestes casos, a tragédia do povo é uma possibilidade distinta, embora a «poluição do ninho de cada um» substitua o «pasto excessivo» como mecanismo de destruição ecológica. A resposta de Hardin consiste em levantar questões acerca da «liberdade de produzir». A poluição é vista como uma consequência directa de um número excessivo de pessoas desejar ter um elevado padrão de vida. Saunders considera que este tipo de violação da liberdade individual é um sinal dos perigos de grande parte do pensamento ecológico. Do ponto de vista neoliberal, nos planos ecológicos de transformação, sacrifica-se, muitas vezes, a liberdade em nome de um bem maior. Por conseguinte, os membros da sociedade são coagidos a comportarem-se da forma como os activistas ecológicos aprovam e exigem.

Em alternativa a esta tendência para a coerção como resposta, Saunders propõe o processo de coisificação. Neste ponto, introduz a posição da detenção de propriedade desenvolvida por

Hardin, de forma a ampliar o seu argumento, muito embora discorde das conclusões gerais de Hardin. Por exemplo, Saunders sugere que as espécies em risco de extinção seriam mais bem tratadas, caso se permitisse às populações locais utilizarem-nas para fins comerciais. Apresenta, em particular, provas concretas do Zimbabwe sobre o modo como se pode dominar melhor a caça furtiva de marfim, se os povos locais tiverem interesse em evitar que caçadores furtivos estranhos destruam os interesses dos mesmos. Desta forma, até é possível pensar-se na conservação de espécies em risco de extinção através de meios comerciais, tais como «hambúrgueres de rinoceronte» e «girafas em forma de U». Nesta abordagem da conservação de espécies através da «comida rápida», até mesmos as espécies animais em risco de extinção passam a ser vistas como um recurso natural renovável para utilização humana. É óbvio que estas soluções não referem as condições de vida destes animais em cativeiro, nem resolvem as questões levantadas acerca da importância da manutenção de *habitats* naturais com uma biodiversidade considerável.

Isto leva a outra questão relacionada – **quais as soluções viáveis para os problemas ambientais num mercado livre?** Além da **privatização de bens públicos**, tais como as espécies em risco de extinção, Saunders realça o papel do **consumerismo ecológico** e da cobrança de utilização de recursos comuns. **A comercialização de bens e de serviços** como «amigos do ambiente» ou «eticamente idóneos» é uma característica significativa da publicidade contemporânea e tem sido conhecida por redireccionar o poder de compra das formas de produção consideradas nocivas para o meio ambiente. **Contudo, sem informações perfeitas acerca do modo como os bens são produzidos e sem vontade de se aceitarem preços mais elevados, pelo menos a curto prazo, é improvável que isto alcance mudanças fundamentais na actividade económica.** Tal como indicado no capítulo anterior sobre a gasolina sem chumbo, uma das formas de se incentivarem alterações no modo de comportamento das pessoas, sem coerção, é a oferta de incentivos, tais como cessação de tributação de impostos. Em alternativa, as empresas ou as sociedades agrícolas podem pagar para poluírem, **incentivando as empresas a**

investirem em sistemas mais eficazes de eliminação de resíduos, de forma a reduzirem custos. Embora isto tenha incentivado algumas reduções de resíduos, bem como contribuído directamente para custos de limpeza, não oferece um bom incentivo a muitos poluidores significativos, onde o custo de mudança do processo de produção excede o custo de despejo de resíduos. **O surgimento do comércio de «licença de poluição» permite às empresas que reduzem a produção de resíduos venderem as suas licenças de poluição a outras empresas que excedem os níveis de resíduos autorizados.** Isto significa que as empresas sofrem uma redução de custos ao serem eficientes na utilização de recursos e na introdução de sistemas de redução de resíduos. Contudo, as empresas que continuam a poluir enfrentam custos adicionais. Estabeleceram-se relações comerciais semelhantes como forma de preservação de reservas de peixe, através da introdução de «quotas pesqueiras». Todos estes sistemas têm fugas, mas servem, de facto, para aplicarem limites totais quer à extracção de recursos naturais, quer aos níveis de poluição. Contudo, não exigem que os participantes actuem de determinadas formas, apenas oferecem incentivos para estes o fazerem. Para Saunders, isto evita os problemas de coerção.

Pensamento conservador e meio ambiente

No pensamento conservador recente surgiu, na facção de direita do espectro político, uma alternativa ao domínio das abordagens neoliberais relativamente ao meio ambiente. Muitos filósofos conservadores e teóricos sociais e políticos expressaram preocupação relativamente ao domínio de ideias de mercado livre nos governos e nos partidos políticos de direita. A desregulamentação de muitos aspectos da sociedade em nome do individualismo produziu uma repercussão considerável dos conservadores que estavam preocupados com o tecido moral. Estes salientaram, em particular, a perda da comunidade, o colapso dos «pequenos pelotões» (associações voluntárias), que faziam a mediação entre o Estado e a família, e o declínio de padrões morais, à medida que a tendência para a aquisição

passou a substituir o sentido de dever e de responsabilidade que acreditavam manter a sociedade unida.

No Reino Unido, Margaret Thatcher, a primeira-ministra dos anos 80, proferiu as palavras «Isso de sociedade não existe» com a intenção, sem dúvida, de realçar a posição de que os indivíduos não deveriam olhar para o Estado para resolver todas as suas dificuldades pessoais. Contudo, para a tradição conservadora, isto serviu como uma indicação do colapso da responsabilidade social e do despontar de uma sociedade hedonística, empreendida no cumprimento de desejos ilimitados e não numa moderação sensível. Tem existido uma tendência para se associar o pensamento e a política ecológicos aos movimentos socialistas, em vez de se considerar o ponto de vista conservador da Natureza como uma visão forte da forma de se viver em harmonia com o mundo natural. Os conservadores combinam, de modo intuitivo, um respeito pela natureza com uma convicção nas virtudes da propriedade privada. Ao contrário do pensamento neoliberal, que considera que as coisas naturais são, simplesmente, exploráveis, para os conservadores as coisas naturais são parte de uma rede de vida complexa, da qual os seres humanos são apenas uma parte significativa.

No ensaio «Um Programa para o Conservantismo Ecológico», de John Gray, é possível verificar-se uma das linhas gerais e defesas mais eloquentes da posição conservadora em relação ao ambiente ecológico e à relação entre as coisas naturais e os seres humanos. Gray censura, em particular, os pensadores de direita por deixarem questões políticas relacionadas com a ecologia nas mãos da esquerda. Sugere que as virtudes e as convicções conservadoras tradicionais apresentam uma concordância muito maior com a teoria ecológica do que com as políticas socialista, anarquista e feminista. O pensamento ecológico parece perder demasiado tempo a criticar os mercados capitalistas e a fechar os olhos às consequências ambientais do planeamento estatal. Caracteriza os neoliberais como «utópicos liberais seculares», empreendidos numa experimentação racional com os princípios do governo e da sociedade. Defende que os seres humanos necessitam de algo mais para além da liberdade; necessitam de «um lar, de uma rede de práticas comuns e de tradições herdadas

que lhes concedam a bênção de uma identidade estabelecida» (Gray 1993: 125).

De forma a substanciar a sua crítica ao pensamento liberal, Gray rejeita a ideia de considerar que a condição humana é constituída por *pessoas que tomam decisões individuais racionais* separadas do espaço e do tempo. A existência de uma rede de relações e, com ela, a manutenção de um meio ambiente natural adequado consideram-se tão vitais para o desenvolvimento humano como o pão ou a água. A réplica de Gray é apresentada de forma tão violenta, porque este sente que, nos últimos anos, se perdeu isto na política conservadora. Para Gray, as instituições comerciais são indispensáveis, mas não são, por si só, suficientes para se manter um meio ambiente adequado. Delineia lições semelhantes às de Peter Saunders retiradas da «tragédia do povo» de Hardin, sobre o papel da propriedade privada como garante para que não ocorra um excesso de exploração. Gray também acrescenta que o mecanismo de preços é uma forma crucialmente importante de realçar a escassez de recursos. O mercado e as relações associadas de propriedade privada são, por conseguinte, necessários para a conservação, mas, ao contrário da visão neoliberal, defende que estes não são suficientes para uma relação harmoniosa com as coisas naturais. Os mercados estão direccionados para um estado permanente de crescimento económico e envolvem uma infinidade de pequenos actos, os quais, no seu conjunto, podem ter complicações enormes, tal como o aquecimento global. A lógica de mercado envolve o pressuposto de que as muitas acções de interesse pessoal dos indivíduos terão a consequência de beneficiarem todos até certo ponto. Isto não permite a catástrofe ecológica e não existe nenhuma avaliação de mercado, com vista a incentivar o uso eficiente de recursos, que consiga evitar consequências inesperadas como estas. Os mercados à escala global são igualmente prejudiciais às economias e às culturas locais e, por sua vez, às tradições que foram transmitidas ao longo de gerações. Os mercados podem destruir a acumulação complexa e não planeada de práticas que unem comunidades e sociedades.

Gray fornece uma explicação útil dos modos como os valores e os pressupostos conservadores convergem com o pensamento

ecológico, afinidades estas que os afastam de outras ideologias ou movimentos políticos. Em primeiro lugar, Gray delinea as ideias da filosofia conservadora, expressas por Edmund Burke há dois séculos, sobre a necessidade de uma parceria entre as gerações passadas, presentes e futuras. Quer o pensamento conservador, quer o ecológico realçam a importância de uma «perspectiva multigeracional», em vez do contrato de uma geração (incluindo, talvez, os filhos da mesma) com desconhecidos, o qual tem tendência a predominar no pensamento liberal. Defende que uma fixação no presente, e não naquilo que fazemos pela posteridade, é uma receita para a exploração e o desperdício, em vez de uma administração e tutela cuidadosas. Neste sentido, o conservantismo fornece um exemplo importante de justiça intergeracional, ao reconhecer que as gerações futuras devem ser incluídas nas decisões actuais. Em segundo lugar, Gray realça a ênfase em relações sociais comuns ao pensamento conservador e ecológico. A celebração da livre escolha no pensamento liberal e conservador recente torna-se o alvo deste comentário.

Para os conservadores, tal como para os pensadores ecológicos, é claro que a decisão de escolhas tem, em si mesma, pouco ou nenhum valor... O local de valor final no mundo humano não se situa, por conseguinte, nas escolhas individuais, mas sim nas formas de vida. Isto deveria levar-nos a qualificar e, até mesmo, a abandonar o ideal do decisor autónomo (o qual, também eu, apoiei noutra local) a favor do reconhecimento de que uma vida boa para os seres humanos – bem como para muitas espécies animais da mesma família – pressupõe, necessariamente, inclusão nas comunidades.

(Gray, 1993: 137)

Gray conclui que a tendência de se alargarem concepções de direitos liberais aos animais não humanos é um desenvolvimento inadequado, pois os direitos são coisas sociais e não abstractas. Para Gray, são as «formas de vida, quer sociais quer naturais, e não os direitos individuais que necessitam de ser protegidas. Em terceiro lugar, existe uma afinidade de atitude entre os pensadores ecológicos e os filósofos conservadores, pois ambos são

propensos à «aversão aos riscos». Para os teóricos conservadores, a *prudência* é a virtude-chave no tratamento de uma questão complexa e imprevisível, tal como a relação entre a sociedade e a Natureza. Neste sentido, ambos dão importância a estratégias práticas que foram estabelecidas através de tentativas e erros, em vez de novos e arrojados planos de inovação. Isto dá a conhecer uma das características mais importantes do pensamento ecológico. Apesar dos apelos retóricos à mudança, à transformação e a um desmantelamento de práticas humanas que prejudicam o meio ambiente, as alternativas propostas são economias e sociedades localizadas e em pequena escala, dependentes de práticas passadas que poderiam existir com algum grau de harmonia com o ecossistema que habitam.

A produção industrial contemporânea e as técnicas agrícolas envolvem a intervenção nos processos naturais que afectam os ecossistemas de forma bastante substancial. Muitas destas intervenções possuem resultados imprevisíveis e envolvem um risco significativo de consequências adversas. Por esta razão, o princípio que deveria substituir o crescimento é a estabilidade. Uma visão conservadora de mudança é aquela que deve salientar o crescimento evolutivo, através do qual as relações sociais se tornam mais complexas e diferenciadas, mas, no entanto, mais interdependentes. O uso da analogia orgânica é uma característica fundamental da explicação conservadora das relações e dos processos sociais. Sempre que consideram as decisões humanas em relação à mudança, os conservadores recomendam que devemos adoptar a atitude de jardineiros prudentes, em vez de arrancarmos tudo pela raiz e começarmos de novo. Transformando a promoção da estabilidade numa virtude, Gray consegue basear-se na ideia da «economia de um Estado sólido» desenvolvida por John Stuart Mill, com base no facto de que esta apreende o núcleo da posição de desenvolvimento sustentável. Quer o pensamento conservador, quer o ecológico tentam destruir a relação entre a crença num crescimento infinito (juntamente com outras variantes da linguagem do «progresso sem fim») e as condições para a prosperidade humana. Ambos acreditam que devemos chegar a um ponto em que temos de pensar imaginativamente com aquilo que temos.

Um ou vários sistemas morais?

Finalmente, neste capítulo, necessitamos de reavaliar o potencial do pensamento liberal em relação às preocupações ecológicas, bem como os problemas inerentes ao mesmo. O pensamento liberal acerca dos direitos tem sido utilizado, de modo criativo, para questionar os pressupostos antropocêntricos que sustentam a ética liberal. Se aceitarmos que os direitos ou regalias (e os deveres ou obrigações associados) não terminam na barreira de espécies entre os seres humanos e outras coisas, a ideia de «comunidade moral» existente no coração do pensamento liberal sofre uma transformação. Já encontramos uma tentativa de o fazer no capítulo 3, na argumentação a favor dos direitos dos animais desenvolvida por Tom Regan. Este defendeu que, para que existissem direitos dos animais, teria de se reconhecer e agir sobre o valor intrínseco dos animais não humanos. Consideravam-se todos os animais como «fins em si mesmos», em vez de um meio para qualquer outro fim (humano). Christopher D. Stone também considerou a questão de este tipo de argumentação se poder ou não desenvolver para transformar o estatuto ético das árvores. No seu artigo fundamental «Should Trees Have Standing» (1972), Stone respondia a um determinado caso legal em que se estavam a alargar os limites da abordagem liberal relativamente ao estatuto moral e jurídico das coisas naturais. Para Stone, a história da relação entre os sistemas legais e os debates éticos têm demonstrado que a atribuição de direitos não é, de forma alguma, estabelecida e tem estado, constantemente, aberta a desafios.

Stone realça o caso da disputa legal do *Sierra Club v. Morton*, em que o desenvolvimento de um projecto de construção de uma estância de esqui, em Mineral King Valley, na Floresta Nacional de Sequoia, deu azo a um caso que foi até ao Supremo Tribunal. A organização ambientalista – o Sierra Club – procurou demonstrar que as árvores que habitavam a zona tinham estatuto jurídico. A argumentação desta baseava-se na posição de que as árvores podiam ser consideradas pessoas que sofriam um «erro jurídico», em resultado de serem adversamente afectadas por alguma acção. Neste caso, o Sierra Club tentou afirmar que as

árvores do local em questão seriam adversamente afectadas pelo desenvolvimento e, em nome delas, instauraram um processo contra Morton, o ministro da Administração Interna, que autorizara à Walt Disney Corporation o desenvolvimento do local. A argumentação de Stone para a consideração dos «direitos de coisas sem direitos» oferece uma base para repensarmos a nossa relação com as coisas naturais:

O facto é que, sempre que existe um movimento para conferir direitos a alguma «entidade» nova, a proposta está destinada a soar estranha, ou assustadora, ou ridícula. Isto acontece, em parte, porque até a coisa sem direitos os receber, não a podemos ver como mais nada que não uma coisa para «nosso» uso – aqueles que, neste momento, têm direitos.

(Stone, 1972: 455)

Stone afirma que o sistema legal já reconhece toda uma série de coisas como pessoas, em termos legais, mas que não são, de facto, pessoas no sentido convencional, tais como os bancos e as empresas. Nesta base, a exclusão das árvores é uma decisão arbitrária, muito à semelhança do facto de se ter negado, muitas vezes, aos próprios seres humanos estatuto jurídico. Contudo, o veredicto por maioria do Supremo Tribunal rejeitou esta iniciativa legal, afirmando que uma pessoa jurídica seria capaz de demonstrar que o sofrimento ou os danos ocorreram ou iriam ocorrer. As árvores, como petionário, não podiam demonstrar «danos individualizados» e, por isso, não possuíam estatuto. Tal como defende Stone, desde este caso que um rio, um pântano, um regato, um povo, uma espécie de aves raras, um monumento nacional (Death Valley) e uma árvore anónima requereram a situação de «pessoas» em disputas legais, não se vislumbrando um resultado significativo. Num caso, um indivíduo que libertou dois golfinhos elaborou uma defesa com base na argumentação de libertar estas «pessoas» do cativeiro. Contudo, o tribunal decidiu que os golfinhos não eram pessoas e, por conseguinte, o réu perdeu o caso. É óbvio que as árvores, os lagos ou os golfinhos não se podem representar em tribunal e, como tal, não podem ter estatuto jurídico em termos de referência à lei, tal como esta está regulamentada.

Stone ficou frustrado com a ideia de que teríamos, de algum modo, de escolher entre um quadro deontológico ou um utilitarista para resolvermos estes problemas. Questionou, em particular, a tendência da filosofia moral apresentar a existência de uma resposta moral para todas as questões. Em *Earth and Other Ethlics* (1987), recomenda, em vez da escolha entre eles, a adopção do pluralismo moral. Stone defende a atribuição de posições morais de acordo com esferas definidas da existência, em vez de sugerir que uma forma de moralidade é aplicável a todas as formas de existência. Para Stone, isto significa que as nossas atitudes em relação às coisas naturais diferem das relações morais entre membros completamente aptos da comunidade moral. As árvores teriam estatuto jurídico através da acção das pessoas como suas guardiãs. Isto daria às árvores a mesma posição das crianças e dos seres humanos num «estado vegetativo persistente». Deste modo, na disputa legal em que Stone se viu envolvido, o Sierra Club iria agir como o guardião legal das árvores de Mineral King Valley.

Isto assemelha-se, sob muitos aspectos, à linha de argumentação desenvolvida por Tom Regan sobre a diferença entre agentes e pacientes morais – que os agentes podem e devem agir em nome dos pacientes em situações em que os pacientes morais são, claramente, incapazes de agir em seu nome. É óbvio que não se pode atribuir, necessariamente, o estatuto moral às coisas não humanas, com base no facto de serem sujeitos da vida no sentido desenvolvido pelos defensores dos direitos dos animais. Já se atribuiu consideração jurídica a coisas não humanas, tais como lagos, florestas e o fundo do mar, mas apenas quando se consideraram os efeitos da poluição em relação às consequências para os seres humanos. Isto liga a consideração legal e moral apenas a situações em que os interesses humanos estão em jogo. Para Stone, este não pode ser o limite para a consideração ética, tal como indica a sua defesa das árvores. No entanto, não acredita que um sistema moral se adeque a todas as situações. Isto significa que já não temos de empreender uma busca pelo sistema moral perfeito, de forma a definirmos obrigações para com as pessoas, gerações futuras, tribos indígenas da Amazónia, entidades empresariais transnacionais, animais, espécies, *habitats* e outros sistemas ecológicos. Contudo, temos de encontrar um

meio de classificar situações diferentes, em termos do mapa de referência moral apropriado para a situação em questão.

Isto muda o interesse da administração moral da aplicação de princípios para a aplicação de quadros morais. Stone sugere, por exemplo, que o acto ético de um indivíduo se tornar vegetariano não resulta da aplicação de um único princípio, mas apenas faz sentido quando faz parte de uma «rede» integrada de «princípios, teorias e atitudes mutuamente apoiantes em relação às consequências» (Stone, 1987: 242). Os sistemas morais até aqui discutidos, tais como o utilitarismo e a deontologia kantiana, são transformados em quadros de competição, juntamente com quadros morais alternativos que colocam os ecossistemas no centro da consideração moral, oferecendo orientação sobre determinados problemas, em vez de oferecerem soluções absolutas. Com base nisto, é possível justificar o «respeito pelas pessoas», utilizando-se um quadro deontológico para questões morais acerca dos seres humanos, mas aplicando-se o utilitarismo ao tratamento dos animais, tal como sugeriu Nozick. Contudo, para Nozick, as necessidades humanas estão, claramente, no centro de qualquer sistema moral. De forma a explicar o modo como os seres humanos fazem escolhas morais, Stone considera o papel da intuição e da imaginação. Sugere que os princípios morais se baseiam na intuição, pois, de contrário, não teríamos a certeza de termos tomado as decisões morais certas para a situação ou dilema em questão. Se este não fosse o caso, seríamos torturados pela dúvida e pelo constrangimento. Contudo, as intuições não são estagnadas, pois têm a capacidade de se desenvolverem. Isto significa que se têm de pensar as intuições como se estivessem abertas à reconstrução imaginativa. Se isto não tivesse ocorrido no passado, o respeito pelas pessoas teria ficado limitado a alguns homens ocidentais, que, em virtude de nascimento, podiam exigir consideração quer moral, quer legal.

A posição de pluralismo moral é uma lição retirada da experiência de vida humana, através de uma sucessão de quadros morais, os quais envolveram reivindicações de aplicação universal. Deste modo, os quadros morais são formas de conhecimento situado, na medida em que estão situados em determinadas localizações históricas e culturais. Devemos ser

mais cuidadosos na atribuição de reivindicações universais a qualquer sistema de orientação moral. Se temos de levar a sério a existência de clientes morais não convencionais, tais como árvores, montanhas e espécies, devemos estar dispostos a questionar para que servem os sistemas morais. A abordagem liberal pode fazer muito no que toca a pensarmos o estatuto dos animais não humanos ou de outras coisas naturais. No entanto, existem limites consideráveis do ponto até onde se pode ir. Por um lado, as reivindicações universalistas do liberalismo estão abertas à questão; por outro, o liberalismo contém um antropocentrismo subjacente que é, na prática, difícil de reconciliar com as coisas não humanas. Os valores e os pressupostos conservadores demonstram o modo como é possível desenvolver formas de orientação moral muito eficazes, sem lhes atribuir pretensões universais. Afinal de contas, a moralidade conservadora reconhece abertamente o seu estatuto como uma forma de conhecimento situado. Isto não significa que se deve adoptar o conservantismo de forma a identificarem-se discernimentos ecológicos, mas isto demonstra que o desenvolvimento de novos sistemas morais baseados em pressupostos ecológicos não é tão «bizarro» nem «transtornado» como foi frequentemente descrito. Contudo, o pensamento conservador tem a seu favor o facto de estar claramente consciente da importância do reconhecimento da complexidade, do risco e da incerteza, de uma forma ignorada noutras ideologias políticas.

O meio ambiente e a emancipação humana

Neste capítulo, voltamo-nos para a área mais explorada pelos pensadores ecológicos – a relação entre o reconhecimento de que se devem levar a sério os impactes humanos sobre o meio ambiente e a construção de projectos políticos para a emancipação humana. Nas secções seguintes, iremos considerar as formas como as estratégias do socialismo, do marxismo, do anarquismo e do feminismo ficaram enredadas no pensamento ecológico. Iremos considerar, em particular, o que o pensamento ecológico retirou e rejeitou destes movimentos ideológicos. A política ecológica concentrou frequentemente a sua capacidade de destruição nos perigos das relações capitalistas da produção e, conseqüentemente, veio a estabelecer um contacto próximo com movimentos socialistas e outros radicais. Neste capítulo, iremos considerar as conexões entre o pensamento ecológico e diferentes formas de socialismo, bem como abordagens radicais das relações políticas que dão bastante importância à necessidade de transformação política, em vez de económica. Apesar da identificação de um adversário comum – a empresa capitalista transnacional – continua a existir um materialismo subjacente nas abordagens de esquerda, que coloca dificuldades substanciais à integração do pensamento ecológico e socialista. No vasto leque de perspectivas socialistas, o materialismo assume inúmeras formas. Por exemplo, nos discursos social-democratas acredita-